INDICAÇÃO Nº 080/2024

INDICA AO PREFEITO DE PARAUAPEBAS, DARCI LERMEN, **QUE CRIE UM GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO COM APOIO PARLAMENTAR PARA ARTICULAR, JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO A RECUPERAÇÃO DO ICMS MUNICIPAL, PREVISTO PARA DIMINUIR CERCA DE R$ 500 MILHÕES A PARTIR DE 2025.**

AUTORA: ELIENE SOARES

Após cumprido o rito regimental, seja a cópia desta Indicação encaminhada ao Chefe do Poder Executivo, bem como à Secretaria de Fazenda (Sefaz), para providências cabíveis.

JUSTIFICATIVA

Sempre ouvimos falar que "Parauapebas é uma cidade rica", "Parauapebas é uma cidade bilionária", "Parauapebas é a terra dos milhões", "Parauapebas é uma terra onde corre muito dinheiro", "Parauapebas paga bons salários", "Parauapebas tem o custo de vida alto". Sim: para quem vive aqui há algum tempo, nada disso que se ouve é mais novidade.

De norte a sul do Brasil, todo mundo está careca de saber que, devido à mineração e, sobretudo, às operações da mineradora Vale em nosso município, Parauapebas produz muita riqueza — embora grande parte da riqueza, de fato, não fique aqui, mas com a Vale, que é a titular da exploração de um recurso mineral que pertence à União.

Mas toda essa riqueza parece ter prazo para acabar, e a capital do estado quer acelerar o processo, tirando de Parauapebas parte de seu sustento financeiro. É que, como todos também sabem, a dita riqueza de nosso município é fundada em royalties de mineração e na cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Os royalties são altos porque levam em conta a extração mineral, ainda assim eles já foram maiores. Com o esgotamento das minas mais antigas na Serra Norte de Carajás e a instabilidade do preço do minério de ferro no mercado internacional, os royalties mensais estão na faixa de R$ 60-80 milhões por mês. E a previsão é de diminuição porque a cotação do minério na Ásia vem caindo.

O que nos assombra de imediato, contudo, é o futuro do ICMS, atualmente a principal receita de Parauapebas. No ano passado, enquanto o nosso município recebeu R$ 713 milhões em royalties, a cota de ICMS totalizou a maravilhosa cifra de R$ 946 milhões, ou seja, R$ 230 milhões a mais que os royalties, conforme levantou o nosso Gabinete.

Porém, um acordo feito pelo Governo do Estado com prefeitos de outras regiões, que acusam o nosso município de receber uma cota elevada de ICMS, levará Parauapebas a perder cerca de R$ 525 milhões no recolhimento do imposto a partir do ano que vem. Se isso se

concretizar, será trágico para as contas do município, especialmente porque o ICMS é a maior e principal receita para custear a folha de pagamento do funcionalismo.

Nosso Gabinete foi às contas e apurou que, embora o Governo do Estado preveja diminuição do ICMS de Parauapebas na ordem de R$ 408 milhões, na realidade o rombo poderá ser de R$ 525 milhões, com base no faturamento de 2023 e na inflação corrente até 2025. Se isso acontecer, o ICMS local recuará para o nível de 2020.

QUEREM DERRUBAR NOSSO ICMS!		
ICMS de Parauapebas por ano		
2013	R$ 389.716.296,48	Nos cálculos do Governo do Estado, Parauapebas perderá **"apenas" R$ 408 milhões 623 mil**, com base em 2023 se nosso município tivesse arrecadado R$ 922 milhões de ICMS e sem considerar a inflação. Na realidade, se a cota-parte for derrubada, **a queda será de R$ 525 milhões**
2014	R$ 454.794.814,65	
2015	R$ 423.772.147,66	
2016	R$ 296.343.262,61	
2017	R$ 243.451.767,54	
2018	R$ 310.511.590,25	
2019	R$ 426.348.286,59	
2020	R$ 488.758.609,20	
2021	R$ 546.330.729,08	
2022	R$ 741.026.480,04	
2023	**R$ 946.014.645,87**	
2024	R$ 892.780.000,00*	
2025	**R$ 486.000.00,00**	

*Expectativa de receita de ICMS que consta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2024.
Assessoria de Gabinete da Vereadora Eliene Soares.

Se as previsões de rebaixamento do ICMS se confirmarem, nosso município poderá entrar em colapso. Primeiro porque perder seja R$ 408 milhões, seja R$ 525 milhões é como tirar a receita inteira de Redenção ou Tucuruí, em dinheiro vivo, de Parauapebas. Segundo porque o que restar de ICMS não será suficiente para pagar sequer a folha dos servidores efetivos, que atualmente custam R$ 660 milhões por ano.

Por conta desse cenário, **indico ao Governo Municipal que crie, urgentemente, um grupo de trabalho técnico, envolvendo também esta Casa de Leis, para fazermos juntos uma grande mobilização pela manutenção de nossa cota-parte da Cfem, que se baseia na robusta movimentação de mercadorias e serviços que a mineração gera em nossa região.** Município que quiser cota maior de ICMS tem de produzir mais, como o nosso.

A medida aqui proposta visa preservar a saúde financeira de nosso município lá na frente para que ele tenha condições de prestar serviços públicos de qualidade aos cidadãos, tendo em vista o exponencial crescimento populacional de Parauapebas e suas demandas

administrativas, que são similares às de Marabá, embora atualmente nosso município "rode" com um quadro de servidores que é bem menor que o da vizinha cidade.

Diante da séria, grave e urgente questão, peço aos nobres pares desta Casa apoio para aprovação da presente Indicação, entendendo que ela é de fundamental relevância para o futuro do desenvolvimento, das políticas públicas e das próximas gerações de Parauapebas.

É o que tenho a indicar.

Câmara Municipal de Parauapebas, 18 de março de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE
ELIENE SOARES DE SOUSA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

_____

Eliene Soares de Sousa
Vereadora (MDB)